



ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES DO PARANÁ / CONCIDADES PARANÁ - PR, que ocorreu no dia **27 de setembro de 2019**, com início às 9 horas, no Hotel Estação Express, na Rua João Negrão, 780, Centro, Curitiba, Paraná, com a presença dos seguintes conselheiros: Acir Ribeiro de Queiroz(**CONAM**); Adir dos Santos Tormes(**AMOP**); Agnaldo Luis Gonçalves Júnior (**UMP - PR**); Alcione Cunha(AGAP - DEVIVA); Ana Lúcia Rodrigues(**UMP - PR**); Andressa do Prado Goes(**SEMA**); Ângelo Barreiros(**CONAM**); Antonio Weinhardt Junior(**SEDU**); Aparecido da Silva Castro(**CONAM**); Aparecido Leite de Oliveira (**AMOP**); Aparecido Rubio de Araújo(**CONAM**); Aurita Ferreira Bertoli(**UMP - PR**); Carlos Augusto Storer(**PARANACIDADE**); Custodio Rodrigues do Amaral(**CONAM**); Erivelto Luiz Silveira(**SANEPAR**); Gilmário Ferraz da Silveira(**SEDU**); Hélio Bampi(**FIEP**); Hilma de Lourdes Santos(**MNLM**); Janaína de Fátima Chudzik(**IHG PR**); José Abel Brina Olivo(**Aberta**); José Borges(**MNLM**); Lucie Mara Pydd Winter(**SPU/PR**); Maria das Graças Silva de Souza(**UMP - PR**); Maria Fernanda Lagana de Almeida Santos(**COHAPAR**); Mauro Sergio Langowski(**CMP**); Neiva Maria Dapont(**ACIREN**); Neuza Matias Catarino(**CMP**); Paulo Alexandre Lourenço de Jesus(**MNLM**); Paulo Nobukuni(**UNICENTRO**); Roberto Leal Americano(**NCST PR**); Samir Jorge(**CREA/PR**); Sidnei Santos da Silva(**CMP**); Silvio da Silva Moraes(**SEDU**); Sílvio José Gonçalves(**MNLM**); Tais Rafaela Bueno(**CMP**); Valdir Aparecido Mestriner(**PR**); Walter Xavier(**FECOMÉRCIO**); A qual teve a pauta: **1.** Abertura Regimental realizada pelo Secretário Executivo do CONCIDADES PARANÁ – PR, Senhor Orlando Bonette; **2.** Informes da Secretaria Executiva; **3.** Aprovação de pauta da 43ª Reunião Ordinária; **4.** Aprovação da Ata da 42ª Reunião Ordinária; **5.** Indicação da Comissão Coordenadora da 44ª Reunião Ordinária, conforme Art. 12, I, II, III e IV e § 1º e § 2º do Regimento Interno, além de outras atribuições definidas pela plenária; e indicação da Comissão preparatória para a 7ª Conferência Estadual. **6.** Exposições: Exposição sobre Resíduos Sólidos; Exposição sobre o Programa Recursos Próprios; Exposição projeto Auto-Gestão; **7.** Apresentação da Câmara Técnica de Saneamento. **8.** Apresentação da Câmara Técnica Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana. **9.** Apresentação da Câmara Técnica de Habitação. **10.** Apresentação da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do Solo. **11.** Apresentação do Grupo de Trabalho Água. **12.** Apresentação do Grupo de Trabalho Mediação de Conflitos Fundiários. **13.** Apresentação do Grupo de Trabalho Acompanhamento dos Conselhos. **1. Abertura Regimental:** Abertura realizada pelo Secretário Executivo do CONCIDADES PARANÁ – PR, Senhor Orlando Bonette, convidando o Diretor Geral da SEDU, o Senhor Francisco Luiz dos Santos, para compor a mesa e demais membros da Comissão Organizadora de cada segmento: José Abel Brina Olivo representando ONG's; Valdir Aparecido Mestriner representando Área de Trabalhadores; Aparecido da Silva Castro representando os Movimentos sociais; Gilmário Ferraz da Silveira representando o Poder Público Estadual; Maria de Fátima Barth Antão Castro representando o Poder Público Municipal; Walter Xavier representando Área dos empresários. O Senhor Orlando Bonette convidou a senhora Vania Mara Welte que atualmente é a responsável pela comunicação da SEDU. Apresentou para o conselho a matéria do Fórum “Regiões Metropolitanas do Paraná”, publicada no dia 25 de setembro de 2019 no site da SEDU com o Título: Na contramão da política do País, o Paraná mantém o CONCIDADES PARANÁ PARANÁ e garante a participação da sociedade nas decisões prioritárias. A matéria é originária do Fórum “Regiões Metropolitanas do Paraná”, onde o secretário João Carlos Ortega, falou sobre o trabalho realizado no Paraná e as perspectivas do



Planejamento Regional Integrado. Em seguida o Secretário Executivo Orlando Bonette, deu as boas-vindas ao senhor Sidnei Pita da União Nacional de Luta por moradia e passou a palavra ao Diretor Geral Senhor Francisco Luiz dos Santos, falou da importância da responsabilidade que temos enquanto cidadãos para contribuir na melhoria do nosso Estado. Destacou as grandes mudanças que estamos presenciando no Governo Federal, da importância de acompanhar e analisar as ações, que para possamos exigir nossos direitos, mas que também precisamos exercer os nossos deveres como cidadãos dentro da sociedade. Relatou os avanços dos (PDUIS) das regiões metropolitanas, da importância que o conselho tem sugerindo ações de acordo com as necessidades de cada região. Parabenizou a todos pela presença e disposição em contribuir com o Estado do Paraná. **2. Informes da Secretaria Executiva:** Conselheiros que justificaram ausência na 43ª Reunião Ordinária: Daniele Regina Pontes(UFPR); Denilson Pestana da Costa(NCST PR); Fábio Cesar Stele(DETRAN); Francisco José Gouveia de Castro(IPARDES); Iraci Izabel Rocha(DETRAN); Iraides Fernandes Baptistoni(CUT); Jair Francisco dos Santos(SANEPAR); João Arthur Mohr(FIEP); Luiz Antonio Langer(SECOVI PR); Luiz Henrique Calhau da Costa(SENGE-PR); Marcia Gomes de Oliveira(MNLM); Marcos Augusto Gunha da Costa(ACIC); Maria de Fátima Barth Antão Castro(Castro); Maria José Barbosa(CMP); Neuza Ferreira da Silva(UMP - PR); Nilson Lopes Andrade(AMUVI); Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski(UFPR); Ronald Peixoto Drabik(ACIC); Sebastião Francisco Rego(CMP); Vitor Masashi Elias Hashimoto(Sul - ACEJAN); **2.1. Reunião Realizada:** Reunião da Comissão Organizadora da 43ª R.O., realizada em 28 de agosto nas dependências da SEDU; **2.2. Informes Gerais:** Disponibilizado por e-mail: Ata da 42ª Reunião Ordinária, Pauta e Programação da 43ª Reunião Ordinária. **2.3. Ofício enviados:** **Câmara Técnica de Trânsito, Transporte, Mobilidade Urbana e acessibilidade:** Ofício nº51 para ABNT, enviado por E-mail; Ofício nº 52 para DNIT enviado por E-mail; Ofício nº 53 PREF. CURITIBA entregue em mãos no gabinete conforme número do protocolo. **Câmara Técnica de Habitação:** Ofício nº 54 Caixa Econômica Federal entregue pessoalmente. **3. Aprovação da Pauta da 43ª Reunião Ordinária:** Colocada em votação pelo Secretário Executivo e aprovada por unanimidade. **4. Aprovação da Ata da 42ª Reunião Ordinária:** Ata aprovada por unanimidade. **5. Indicação da Comissão Organizadora da 44ª Reunião Ordinária:** Janaína de Fátima Chudzik(IHG PR); José Abel Brina Olivo(Aberta); Tais Rafaela Bueno(CMP); Valdir Aparecido Mestriner(PR); Walter Xavier(FECOMÉRCIO); Milton Luiz Brero de Campos (COMEC). **6. Exposições:** Exposição sobre Resíduos Sólidos, palestra intitulada “Planos Estadual de Resíduos Sólidos” - Sr. Laerty Dudas - SEMA; Exposição sobre o Programa Recursos Próprios (critérios, parcerias, fonte dos recursos, etc.) COHAPAR; Exposição da Conselheira Maria da Graça sobre o projeto Auto-Gestão; Apresentação Relatório da Câmara Técnica de Habitação; Exposição da Conselheira Maria da Graça sobre o projeto Auto-Gestão; **Deliberações: Criação de um Grupo de trabalho Finanças com a seguinte composição:** Janaina de Fátima Chudzik Segmento Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa IHG-PR, Neiva Maria Dapont Seguimento Área Empresarial (ACIREN); Valdir Aparecido Mestriner representando Área de Trabalhadores; Alcione Cunha Seguimento ONG – AGAP-DEVIVA; Agnaldo Luís Goncalves Junior e Aparecido da silva costa (CONAM) do Seguimento Movimentos Sociais (UMP/PR); Jair Francisco dos Santos Seguimento Poder Público Estadual (SANEPAR). **Criada a Comissão Preparatória para a Sétima Conferencia das Cidades com a seguinte composição:** Titulares Agnaldo Luis Gonçalves Júnior (UMP - PR); Carlos Augusto Storer (PARANACIDADE); Erivelto Luiz Silveira (SANEPAR); Janaína de



Fátima Chudzik (IHG PR); José Abel Brina Olivo (Aberta); Maria de Fátima Barth Antão Castro (Castro); Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski (UFPR); Silvio da Silva Moraes (SEDU); Valdir Aparecido Mestriner (PR); Walter Xavier (FECOMÉRCIO). E seus respectivos suplentes: Adir dos Santos Tormes (AMOP); Alcione Cunha (AGAP - DEVIVA); Antonio Weinhardt Junior (SEDU); Julio Cesar Pereira da Silva Kojewski (SINDARQ PR); Milton Luiz Brero de Campos (COMEC); Samir Jorge (CREA/PR); Sidnei Santos da Silva (CMP); Juliana Silveira Leonardo de Souza (SPU/PR). **7.**

Apresentação da Câmara Técnica de Saneamento: Ata da Câmara Técnica de Saneamento realizada em 26 de setembro 2019, com início às 14 horas e 45 minutos, no Hotel Estação Express, localizado na Rua João Negrão, 780, em Curitiba-PR, O Sr Coordenador Eritelto Luiz Silveira, em cumprimento ao Regimento interno do CONCIDADES PARANÁ Paraná, verificou a inexistência de quórum mínimo, conforme lista de presença anexa, informou que não haverá a reunião, dando por encerrado os trabalhos. **8. Apresentação da Câmara Técnica de Trânsito,**

Transporte, Mobilidade Urbana e acessibilidade: Ata da sexta Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Mobilidade Trânsito, Transporte e Acessibilidade, realizada em 26 de setembro de 2019, com início às 15 horas e 10 minutos, no Hotel Estação Express, localizado na Rua João Negrão, 780, em Curitiba-PR, com a presença dos Senhores Conselheiros do Conselho Estadual das Cidades Mandato 2018-2020, conforme lista de presença anexa. Inicialmente a Coordenadora da Câmara Técnica Sra. Janaina de Fátima Chudzik Segmento Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa IHG-PR, relatou que fez pesquisa no site do CONCIDADES PARANÁ observando as atas das reuniões anteriores concluindo que os assuntos tratados geralmente são em torno da Acessibilidade, colocou a necessidades dos quatro temas serem abordados nas reuniões e que organizará a pauta nesse sentido. Com relação aos ofícios referentes à questão dos patinetes em Curitiba, os quais seriam **encaminhados** à Câmara Municipal, a Prefeitura, bem como a Assembleia Legislativa do Paraná a fim de que fossem retirados de circulação os patinetes até que haja a referida regulamentação; quanto ao ofício à Câmara Municipal este teve resposta na qual informam que o Vereador Jairo Marcelino, propôs Projeto de Lei que tramita na Câmara, com relação à Prefeitura não houve encaminhamento de ofício e o ofício encaminhado à Assembleia Legislativa solicitando que esta fizesse proposição de regulamentação para todo o Estado a fim de que os municípios tenham regulamentação antes de permitir o uso de patinetes, tal ofício foi encaminhado, porém no texto não estava contido nosso questionamento, por um engano de redação apenas questionou-se a existência de regulamentação o que obviamente não há, desta feita, a CT deliberou pelo reenvio do ofício para a Assembleia Legislativa, bem como, reitera a solicitação de envio de ofício para a Prefeitura Municipal, caso a plenária aprove, solicitamos que a Secretaria do CONCIDADES PARANÁ redija tais ofícios e encaminhe. Na continuidade dos trabalhos houve o debate acerca do Contorno Sul e da necessidade de haver passarelas para travessia de pedestres com relação ao ofício encaminhado pela secretaria do CONCIDADES PARANÁ ao DNIT indagando sobre a existência de projeto com tal previsão, prazos de possível execução e solicitação para que na próxima reunião ordinária se possível venha um técnico fazer uma apresentação dessa temática ou de projeto existente; não houve resposta do DNIT, deste modo, solicitamos à secretaria do CONCIDADES PARANÁ que solicite ao DNIT a referida resposta e apresentação de projeto por técnico. Na continuidade dos trabalhos o Sr Luiz Herlain retomou a discussão quanto ao documento produzido pelo Sr Mauro Sergio Langowski sobre a “Tarifa Única Anual-TUA”,

Gestão Coletiva Legal Republicana com Transparência Lei Nacional de Mobilidade Urbana, documento este elaborado com dados obtidos a partir de documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito- CPI da URBS, sugerindo um novo modelo de gestão quanto ao seu estatuto, administração política-financeira e questão metropolitana considerando aqueles que ele compreende como os reais investidores, ou seja, os usuários do transporte público, não visando gratuidade. Com relação aos encaminhamentos feitos na reunião anterior e após o debate entre os conselheiros foram aprovados os seguintes encaminhamentos: os conselheiros aguardam o recebimento de uma cópia via e-mail, revisada e atualizada, a qual será enviada pela secretaria executiva aos Conselheiros componentes desta CT para leitura e apreciação; retomar o tema na próxima reunião; após análise dessa documentação a CT convidará representantes da URBS e da COMEC para uma apresentação abordando o tema. Foi abordado a questão das normas da ABNT com relação acessibilidade no transporte de passageiros intermunicipal e interestadual, a qual atualmente não atende as necessidades e a demanda. A CT deliberou por solicitar à secretaria do CONCIDADES PARANÁ o envio de ofício questionaremos a ABNT com relação aos encaminhamentos realizados no sentido de atualizar/complementar a norma existente a fim de que as necessidades atuais sejam supridas. Houve um consenso entre os conselheiros com relação as ausências de respostas dos encaminhamentos, bem como, solicitações feitas e não enviadas por visões de outras pessoas como exemplo advogada da SEDU. Aberto espaço para as considerações finais do grupo, nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a 6ª Reunião ordinária da Câmara Técnica e eu, Maria de Fátima Barth Antão Castro, componente do segmento Poder Público Municipal representando o Poder Legislativo Municipal secretária desta Câmara Técnica lavrei a presente Ata que após lida e aprovada é assinada pelos membros presentes.

9. Apresentação da Câmara Técnica de Habitação: Ocorreu no dia 25 de julho de 2019, com início às 16:21 horas, no Hotel Estação Express, na rua João Negrão, 780, centro, Curitiba, paraná com a presença dos seguintes conselheiros: Aparecido da Silva Costa (CONAM); Adir dos Santos Tormes (AMOP); Agnaldo Luis Goncalves Junior (UMP/PR); José Abel Brina Olivo (ONGs); José Borges (MNLM); Maria das Graças Silva de Oliveira (UMP/PR); Slvio José Goncalves (MNLM); Tais Rafaela Bueno (CMP); Roland Rutyna (SUDIS). A qual teve a pauta: Abertura realizada pela Sr. José Abel Brina Olivo, representante das ONG's que convidou Agnaldo Luis Goncalves Junior para secretariar. O Sr. Agnaldo Luis Goncalves Junior fez a leitura da ATA anterior, ocorrido em 25 de julho de 2019, para conhecimentos das demandas havidas naquela ocasião para orientar as deliberaoes desta câmara. **Deliberaoes:** Quanto as demandas determinadas na reunião anterior da CT de Habitao, não se teve resposta da Caixa Econmica ao ofício 22 de 2019 do CONCIDADES PARANÁ. Assim, a câmara técnica reforçou a importância da participao de um representante da Caixa Econmica no Conselho. Foi levantado o questionamento sobre a não instalao do GT de Finanças, com uma vaga para cada um dos quatro movimentos (UMP/PR, CMP, MNLM, CONAM), assim ficou definido que seria enviado via Ofício a Diretoria Executiva do CONCIDADES PARANÁ, a solicitao da iniciao dos trabalhos do GT de Finanças estabelecido em ATA de reunião anterior do próprio CONCIDADES PARANÁ. Em seguida foi decidido que seja solicitado via Ofício a COHAPAR, que se inicie as Reunioes do Conselho do Fundo Estadual de Habitao, e que a COHAPAR traga em próxima reunião a prestao de contas do Conselho Estadual de Habitao de Interesse Social e do Fundo Estadual de Habitao e Regularizao Fundiária de Interesse Social, assim como sua composio e



reservas do fundo. Continuando, também ficou definido a solicitação das informações da seleção das entidades que estarão na composição do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação. E por último ficou decidido o encaminhamento de Ofício a Diretoria Executiva do CONCIDADES PARANÁ sobre a inconsistência entre os pedidos dos Ofícios deliberados em Câmara Técnica de Habitação e os encaminhamentos deliberados pela Mesa Executiva. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a 6ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Habitação e eu, Agnaldo Luis Gonçalves Junior, secretaria desta CT, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os Conselheiros presentes. **10. Apresentação da Câmara Técnica de Planejamento, Gestão do Solo Urbano e Territorialidade:** No dia 26 de setembro de 2019, às 15h30min, reuniram-se, em uma das salas do Hotel Estação Express, à rua João Negrão, 780, Centro, em Curitiba, PR, os membros da Câmara Técnica de Planejamento, Gestão do Solo e Territorialidade. Estiveram presentes: Acir Ribeiro de Queiroz, da CONAM, do segmento dos Movimentos Sociais Ana Lucia Rodrigues, da UMP, do segmento dos Movimentos Sociais; Carlos Augusto Storer, do PARANACIDADE, segmento Poder Público Estadual; Hilma de Lourdes Santos, do MNLM, do segmento Movimentos Sociais; Paulo Nobukuni, da UNICENTRO, segmento Profissional, Acadêmico e Pesquisa; Gilmario Silveira da SEDU, segmento Poder Público Estadual, Sidnei Santos da Silva, do PPE, SEDU, segmento Poder Público Estadual; Sirlei Cesar de Oliveira da FETRACONSPAR, segmento Trabalhadores; Paulo Alexandre L. Jesus, do MNLM, do segmento Movimentos Sociais; Franciele de Lima D Jesus, do MNLM, do segmento Movimentos Sociais. Paulo Nobukuni é indicado para coordenar a reunião desta CT e Ana Lucia Rodrigues para assumir a secretaria. O presidente procede à leitura da Ata da reunião de 25 de julho de 2019. Informa que sobre alguns requerimentos enviados não há respostas. Quanto aos encaminhamentos respondidos o 1º. Requerimento, acerca de uma correspondência de apoio ao IBGE, informa que não houve resposta ao segundo encaminhamento, na medida em que a Câmara solicitou um segundo expediente, pois o primeiro não respondeu aos objetivos da iniciativa. Sobre o encaminhamento acerca da Metrópole Paraná Norte (MPN) há uma informação de envio do Ofício da Câmara Técnica, aprovado pela Plenária, ao secretário da SEDU, sob o Protocolo nº 159433587. O conselheiro Gilmário informa que o Ministério Público também recebeu o mesmo questionamento por parte do Observatório das Metrôpoles e a resposta ao Ministério Público, foi encaminhada também ao CONCIDADES PARANÁ. Afirmou que irá apresentar em Plenária do dia 27/09, mas adianta alguns aspectos. A SEDU/PARANACIDADE respondeu afirmando que apesar de o Diagnóstico não se referir às 3 RMs do interior do estado, Maringá, Londrina e Cascavel, ainda assim servirá para a elaboração dos PDUIs, pois trata de municípios que estão nas RMs de Londrina e de Maringá e que também se vincula a um antigo Projeto para a região, o Projeto do Trem Pé Vermelho. A conselheira Ana Lucia diz que há dois problemas quanto à esta justificativa: o primeiro é que os Diagnósticos produzidos para o Metrôpole Paraná Norte, que consumiram 3,5 milhões de reais se referem a um grupo de 15 municípios, sendo alguns da RM de Londrina, alguns de Apucarana e a maioria da RM de Maringá, diagnósticos que não poderão ser utilizados como Diagnósticos para os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados do Paraná-PDUIs (para as RMs de Maringá, Londrina e Cascavel), cujas composições territoriais não convergem com a composição da Metrópole Paraná Norte. Ana Lucia esclarece ainda que a mesma demanda à SEDU, no sentido de paralisar o processo de elaboração do Diagnóstico da MPN, foi encaminhada como



representação ao Ministério Público do Paraná. Storer informa que representa a SEDU no Grupo de Trabalho do referido Projeto MPN que acompanha o processo e diz que como se trata de um Plano Setorial Territorial, que este se justifica pelo vínculo ao Projeto Trem Pé Vermelho, e que por se tratar de um Território composto por 15 municípios, dentre os quais alguns fazem parte da Região Metropolitana de Maringá, outros da de Londrina os resultados poderão ser utilizados também para os PDUIs que serão elaborados para as RMs, bem como no momento de fazer os Planos para as Aglomerações Urbanas ou para as Microrregiões. Ana Lúcia diz que isso não será possível, como já observado anteriormente e que, quanto ao Trem Pé Vermelho, lembra que na 1ª. Reunião do CONCIDADES PARANÁ, de 2019, no contexto do novo governo, foi anunciado que o governador Ratinho Junior não fará qualquer Projeto de encaminhamento do Projeto do Trem Pé Vermelho. Paulo afirma que o papel do CONCIDADES PARANÁ foi cumprido e que, independente do resultado, o MP está envolvido e que encaminhamentos futuros independem do Conselho, que cumpriu o seu papel de controle social. O conselheiro Cesar diz que o trabalho da Consultoria já foi realizado e os recursos investidos, assim, é preciso ressaltar e aproveitar o que puder ser utilizado nos planos que o Estado têm que construir no futuro. Sidnei relembra que já existia um debate sobre o planejamento dos PDUIs e que, infelizmente, os recursos não foram investidos, pelo último governo naquilo que era mais necessário, ou seja, na elaboração dos PDUIs. Storer propõe que a Câmara Técnica monitore as ações relativas à elaboração dos PDUIs. Sobre uma Moção de Apoio às Universidades, Paulo informa que foi encaminhado Ofício à Casa Civil, e a Câmara Técnica considera a matéria vencida. Na pauta seguinte, Paulo informa sobre algumas atividades em que participou relacionadas ao CONCIDADES PARANÁ – PR. A primeira foi reunião dia 29/07/2019, em Curitiba, atendendo convite da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e da Casa Latino-Americana (CASLA). Portanto, atividade que veio ao encontro do deliberado na reunião anterior da CT, que foi dialogar com a SETI. Na reunião com a SETI e CASLA, o foco foi o UNITINERANTE, que trata de intencionalidade em envolver as universidades e demais segmentos sociais em um “parlamento” itinerante, para tratar sobre ações a serem desenvolvidas de avanço das questões afeitas ao Estado do Paraná. Paulo ainda informa que na manhã de 30/07/2019 (um dia após a reunião na CASLA), a UNICENTRO recebeu mensagem de representante da SETI no UNITINERANTE. Nela, esclareceu-se que, em função do diálogo do dia 29 anterior, achava pertinente marcar uma reunião em Guarapuava, para o dia 06/08/2019 (terça-feira). A reunião foi efetuada no CEDETEG - Centro de Desenvolvimento Educacional e Tecnológico de Guarapuava, da UNICENTRO, com a participação, inclusive, de membros da SUDIS. Na reunião, uma das deliberações principais foi encaminhar a inserção do município Guarapuava e vizinhos no UNITINERANTE. Futuramente, deverá ser organizado evento para acertos definitivos para assinatura do termo para tal. É importante envolver outros municípios no UNITINERANTE. Paulo também informa que juntamente com Thyago Giroldo Nalim (Engenheiro Eletricista, Gerente Regional do Crea – Paraná, seção Guarapuava), foram recepcionados pelo Presidente do CREA – Paraná, Engenheiro civil Ricardo Rocha de Oliveira, no dia 08/09/2019, na cidade de Foz do Iguaçu, durante o 26º Fórum de Docentes e Discentes. No dia seguinte, marcou-se outra reunião ampliada, com a presença de outros representantes da região de Guarapuava (professores e alunos). Na reunião estavam presentes pessoal da agronomia, engenharia de alimentos, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia florestal e geografia, do Centro Universitário



Campo Real, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - campi de Guarapuava e Irati, bem como da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - campus Guarapuava. Um dos assuntos tratados referiu-se ao CONCIDADES PARANÁ – Paraná, com destaque aos bairros populares. Isto porque, há a possibilidade de colaboração do CREA – Paraná, que poderá ser através de profissionais afeitos ao mesmo. Inclusive, o Crea – PR tem um representante junto ao conselho das cidades estadual (engenheiro civil Samir Jorge), que juntamente com Paulo Nobukuni (filiado ao CREA – PR, representante das instituições públicas de ensino superior no conselho estadual das cidades), podem auxiliar no encaminhamento para fortalecer a relação entre ambas as entidades. No âmbito específico dos bairros populares, como nele tem-se que as edificações devem ser acompanhadas de aparato produtivo (incentivo a pequenos estabelecimentos comerciais, hortas urbanas, manufaturas de sabão, compotas e similares), é possível envolver pessoal da agronomia, engenharia de alimentos, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia florestal e geografia, dentre outros. Estas ações poderiam ser inseridas no programa do CREA – PR, Casa fácil, que prioriza a questão de edificações. Ainda se discutiu sobre a possibilidade do programa Campo fácil. Quanto a este programa, tem-se o exemplo existente em Ubitatã, no Oeste do Estado paranaense, onde juntamente com a prefeitura do local, bem como com a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Vale do Piquiri, o CREA, desde início de 2015, vem desenvolvendo ações para auxiliar o referido município. No convênio destaca-se que além da assistência técnica, o CREA cedeu um automóvel. O terceiro assunto apresentado por Paulo foi sobre a situação do município do Pinhão, Paraná. Paulo foi procurado por grupo do referido município, onde há diversas questões, como moradia, mas o centro do diálogo foi a questão fundiária, em especial no meio rural. O representante do grupo do Pinhão, Senhor Abrão Loures Rodrigues, encontrou-se com o pessoal da Sudis, para melhor tratar do assunto. Como Paulo comprometeu-se a explicitar a questão no CONCIDADES PARANÁ – PR, assim foi feito, na presente data, na CT. Sobre isso, Storer afirma que há experiências dessa agricultura urbana em Curitiba, em espaços institucionais e em espaços vazios, adequados ao cultivo de hortas, principalmente. A conselheira Ana Lúcia observa a necessidade de o CONCIDADES PARANÁ, por meio de Câmara Técnica, atuar nos processos de Revisão dos Planos Diretores dos municípios do Paraná de alguma forma para a manutenção dos princípios e diretrizes constantes na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade. A conselheira Hilma afirma que todos os princípios presentes nas Leis, que deveriam ter garantido o Direito à Cidade não garantiram e que somente quando tem também muita luta é que as conquistas são conseguidas, como por exemplo, conquista de terrenos para implantar moradia. A conselheira destaca com estranhamento o despejo das 50 famílias que foi realizado em Laranjal do Sul, com utilização de um contingente de mais de 150 Policiais Militares. Sem mais a tratar, encerrou-se a reunião, às 17h30min. **11. Apresentação do Grupo de Trabalho Água:** Ata da sexta reunião do Grupo de Trabalho das Águas- GT das Águas, realizada em 26 de setembro de 2019, com início às 17 horas e 15 minutos, no Hotel Estação Express, localizado na Rua João Negrão, 780, em Curitiba-PR, com a presença dos Senhores Conselheiros do Conselho Estadual das Cidades Mandato 2018-2020, conforme lista de presença anexa. Inicialmente o Coordenador do GT das Águas Sr. Erivelto Luiz Silveira do Segmento Poder Público Estadual o qual representa a SANEPAR- Companhia de Saneamento do Paraná, saudou a todos os Conselheiros solicitando à Senhora Secretária do GT das Águas Sra. Maria de Fátima Barth Antão Castro do Segmento Poder Público Municipal a qual

representa o Poder Legislativo do Paraná que fizesse a leitura da ata da última reunião, bem como a recapitulação dos encaminhamentos propostos na última reunião, desta feita a mesma procedeu a leitura da ata, ressaltando a questão do Projeto de Lei do Senado nº 495 de 2017 autoria do Senador Tasso Jereissati que propõe alterações na lei nº9.433 de 8 de Janeiro de 1997 a qual Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para introduzir os mercados de água como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recurso hídricos e por último um artigo que trata da outorga de direito de uso de recursos hídricos, em discussão o referido Projeto de Lei, o Coordenador do GT colocou que o mesmo voltou a ser discutido em reunião recente no Senado tendo alteração no número para PL 3261/2019 de 17/07/2019, ressaltou que a finalidade principal é tirar a outorga das águas da ANA e dos comitês de bacias, favorecendo a privatização. Colocou que houve recentemente uma reunião em Brasília entre ABES- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e OAB Nacional, onde foi solicitado que houvesse uma discussão nacional a fim de elaborar um texto onde os interesses nacionais com relação ao saneamento no país fossem amplamente atendidos, até o momento não foi atendida esta demanda, o relator do PL 3261/2019 Deputado Geninho Zuliani, têm realizado reuniões em Brasília com diferentes setores interessados na questão do saneamento, onde cada setor faz uma apresentação da sua realidade com o intuito de visualizar o panorama atual do saneamento no país com vistas a redefinição do marco regulatório do saneamento básico brasileiro. Destas reuniões surgem várias propostas, como por exemplo, a proposta trazida pelas companhias de saneamento, de que havendo a alteração na lei favorecendo a privatização, que sejam colocados blocos mistos com sistemas de abastecimento auto-sustentáveis e deficitários no mesmo bloco, a fim de haver uma justiça na concessão. O GT solicita o encaminhamento de ofício à Bancada dos Deputados Federais do Paraná na figura de seu líder Deputado Toninho Wandscheer, requerendo que atentem aos encaminhamentos referentes a PL 3261/2019, no sentido de resguardar os interesses dos paranaenses quanto ao abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto com qualidade buscando a universalização dos serviços, estando atentos a questão de que grandes empresas priorizam os sistemas autossustentáveis sendo que os municípios de pequeno porte não possuem capacidade de gestão de sistemas de saneamento e conseqüentemente não são de interesse destas empresas as quais visam o lucro, o que traz grande risco de haver um colapso causando vulnerabilidades na saúde da população. Desta feita, colocamos que a água direito universal e bem inalienável não deve ser tratada como mera mercadoria, expressamos ainda, nosso posicionamento contrário a privatização da água. Em continuidade o Coordenador do GT colocou que com relação a ata de audiência pública sobre abastecimento de água realizada em 19/12/2018 no Município de Quatiguá, ata está entregue pelo Presidente da Câmara de Quatiguá Sr. Chrystian Reis Galvão Coser, Vereadores Eduardo Molina e Pedro Francisco Toledo, para a Secretária deste GT a fim de que houvesse encaminhamentos através do CONCIDADES PARANÁ, verificou-se os ofícios encaminhados pelo CONCIDADES PARANÁ contendo as solicitações do GT quanto a esta problemática sendo que o ofício encaminhado para o Instituto Água e Terra sob o protocolo eletrônico 15.863.846. permanece sem resposta, quanto ao ofício encaminhado à Polícia Ambiental sob o protocolo eletrônico 15.863.795.2, encaminhou resposta a qual não foi satisfatória, desta feita, o GT decidiu solicitar à secretaria do CONCIDADES PARANÁ o encaminhamento de ofício ao



Ministério Público da Comarca de Quatiguá com cópia da resposta da Polícia Ambiental e sugerindo também ao MP o levantamento de possíveis irregularidades no manancial tais como, ausência de mata ciliar, captações de água irregulares, a possível existência de instalações com atividades poluidoras, bem como, que oficie a SANEPAR a fim de que esta preste informações quanto às atividades e ações de preservação desenvolvidas no manancial de abastecimento do Município de Quatiguá. Com relação ao ofício encaminhado para o Ministério Público do Paraná o mesmo foi recebido pelo Promotor de Justiça Dr. Regis R. Vicente Sartori, o qual encaminhou o mesmo para o Ministério Público da Comarca de Quatiguá e segundo o Presidente da Câmara estes já foram notificados pelo MP. O GT identificou a ausência de resposta quanto ao ofício da SANEPAR, desta feita, reiteramos nossa solicitação ao CONCIDADES PARANÁ em caráter de urgência a fim de que possamos dar retorno à Câmara de Quatiguá. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a 6ª Reunião do GT das Águas e eu, Maria de Fátima Barth Antão Castro, secretária deste Grupo de Trabalho, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada é assinada pelos membros presentes.

12. Apresentação do Grupo de Trabalho Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos: No dia 26 de Setembro de 2019 reuniu-se o Grupo de Trabalho de Mediação de Conflitos Fundiários, nas dependências do Hotel Estação Express, sito a Rua João Negrão 780, com as seguintes presenças: Maria das Graças de Oliveira – UMP (coordenadora), Janaína de Fátima Chudzik – IHGPR (relatora *ad oc*), Alcione Cunha – AGAP-DEVIVA, Hilma de Lourdes –MNLM, Sirlei Cesar de Oliveira – FETRACONSPAR, Sílvio José Gonçalves – MNLM, Francieli de Jesus – MNLN e Roland Rutyna – SUDIS. Após a aprovação da ata da reunião anterior verificou-se a necessidade de reiterar a solicitação de envio de ofício à Casa Civil, para inclusão do CONCIDADES PARANÁ PR na composição do grupo constituído através do Decreto 10.438 de 10 de julho de 2018, lamentando a falta de resposta. Quanto a I Conferência Estadual sobre Mediação de Conflitos Fundiários manifestou-se o representante da SUDIS relatando as duas reuniões voltadas para a organização do evento; comunicou que aconteceram duas reuniões e a terceira está agendada para o dia 02 de Outubro de 2019, às quatorze horas, tendo como local a Defensoria Pública do Paraná, quando a comissão deverá ser constituída, contando com os quatro movimentos sociais urbanos e o MST; na primeira reunião, as entidades participantes (CAOP Urbanismo, Direitos Humanos, Justiça das Comunidades e Coordenação de Gestão e Planejamento do Ministério Público, entre outros) discutiram e concordaram que deveria acontecer em formato de conferência; na segunda reunião a comissão decidiu ir em comissão às autoridades, como Comissão Preparatória, com o objetivo inicial de elaboração de um Decreto para dar início aos trabalhos de organização do evento. Houve questionamentos dos conselheiros referentes aos encaminhamentos propostos para a conferência, pois já foram realizadas reuniões e o CONCIDADES PARANÁ-PR não foi informado, logo não está participando; o movimento destas pessoas que representam importantes áreas e podem estar buscando um caminho para a constituição de um Conselho de Mediação de Conflitos Fundiários como resposta à conferência; a sugestão foi apresentada ao Plenário como sugestão e se transformou em ação, no entanto, sem a efetiva participação deste Conselho, que deu encaminhamento à proposta e deve subsidiar o processo de realização de um evento, inclusive com disponibilidade de recursos; não se trata de afastar ninguém, mas de ampliar a participação, considerando que o GT de Mediação de Conflitos Fundiários nasceu dentro do espaço do CONCIDADES PARANÁ-PR. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a Reunião do GT de Mediação de Conflitos



Fundiários, coordenada por Maria das Graças de Oliveira – UMP e eu, Janaína de Fátima Chudzik – IHGPR, lavrei esta Ata que após lida e aprovada é assinada pelos membros presentes. **13. Apresentação do Grupo de Trabalho Acompanhamento dos Conselhos:** No dia 26 de setembro de 2019, às 17h30min, reuniram-se, em uma das salas do Hotel Estação Express, à rua João Negrão, 780, Centro, em Curitiba, PR, os membros do Grupo de Trabalho Acompanhamento dos Conselhos Municipais. Estiveram presentes: Ana Lucia Rodrigues, UMP, do segmento dos Movimentos Sociais e Populares, Carlos Augusto Storer, do PARANACIDADE, segmento Poder Público Estadual; Agnaldo Luís Gonçalves Júnior, UMP, do segmento Movimentos Sociais e Populares, Aparecido da Silva Castro, da CONAM, do segmento Movimentos Sociais e Populares; Paulo Nobukuni, da UNICENTRO, segmento Profissional, Acadêmico e Pesquisa; José Borges, do segmento Movimentos Sociais e Populares, MNLM; Roberto Leal Americano, NCST – PR; Sidnei Santos da Silva, do segmento Movimentos Sociais e Populares, CMP. Carlos Augusto Storer assume a presidência e coordena a reunião deste GT. Paulo Nobukuni secretariou. Primeiramente houve a retomada da ata da reunião anterior e das solicitações desta. Storer esclarece que há documento aos municípios sobre se o mesmo tem plano diretor, como está a situação dele, bem como se há o conselho das cidades, assim como se existe o aparato legal, sendo isto em meio digital, alocado em um portal. Eles devem responder se há o plano e como está a situação do mesmo, sobre se há o conselho e a parte legal, devendo anexar toda a documentação, também em meio digital, enviando tudo ao governo do Paraná, para ter sua situação validada ou não. No caso de negativa, o município deve tomar providências. Caso a documentação estiver correta, o município poderá receber recurso do governo do Paraná. Há prazo de três anos para regularizar a situação, sendo que neste período o município poderá receber recurso. Há oito municípios que não enviaram resposta. Há 81 com documentação expirada. Existem 35 com conselho não instalado. Têm-se 34 municípios sem conselho. O governo do Paraná decidiu criar uma estrutura regional para auxiliar no preenchimento junto aos municípios. É possível consultar na plataforma a situação de cada município em portaldosmunicipios.pr.gov.br. Sem mais, encerrou-se a reunião, às 18h13min. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a 43ª Reunião Ordinária. Juliana da Luz Oliveira, assessora do CONCIDADES PARANÁ / PR, lavrei a presente Ata, após lida e aprovada por todos os conselheiros presentes.